

Educação Sem Veto!

Esta foi a primeira vez dentro de dez anos que a Assembleia Legislativa (Alesp) aprovou um aumento de verbas para a Educação Pública. No dia 7/7 os deputados estaduais aprovaram este aumento, através de emendas, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. Por incrível que pareça, em 4/8 o governador Alckmin vetou o aumento de 30% para 31% da receita total de impostos com a argumentação de que representava um excesso de vinculação. A Alesp pode reverter este veto, para isto são necessários 48 votos dos 94 deputados.

Devido à pressão do movimento dos professores, estudantes e funcionários das universidades estaduais e do Centro Paula Souza, o assunto, finalmente, entrou em discussão em sessão extraordinária dia 14/9. Se não houver acordo para votação, o assunto poderá ser discutido por até 12 horas. Por enquanto, já foram utilizadas 2 horas. Uma questão sempre presente na Alesp é a presença de um número mínimo de deputados para garantir o quórum da sessão.

O acréscimo nas verbas destinadas à educação Pública de 1% da receita total de impostos seria repartido de forma aproximadamente igual entre os três setores: universidades, ensino técnico-tecnológico e ensino básico. O adicional para as universidades, segundo as emendas, equivale a cerca de 0,36% da receita de impostos e seria utilizado nas despesas de expansão.

Uma prerrogativa republicana é a autonomia entre os poderes legislativo e executivo. Reivindicamos que a Alesp reafirme sua decisão inicial e derrube o veto do Governador.

A Assembleia da Adusp deliberou pela suspensão da greve a partir de segunda-feira, 19/9, mas a mobilização continua. Convidamos você a participar deste movimento.

Sem educação pública de qualidade o Brasil não tem futuro.



Daniel Garcia

Avenida Paulista, 14/9: balões com a inscrição "Educação sem veto" são lançados

Luta pela derrubada do veto

Daniel Garcia



A presença significativa de estudantes, funcionários e professores na Assembleia Legislativa e nas ruas foi responsável por colocar na ordem do dia da população do Estado de São Paulo a violência do veto do governador Geraldo Alckmin ao aumento de verbas para a Educação Pública em 2006.

Daniel Garcia



Daniel Garcia



Na foto acima, a passeata de 14/9 na Avenida Paulista.

À esquerda, acima: forte presença da comunidade universitária nos corredores da Alesp.

À esquerda, abaixo: Polícia Militar bloqueia a entrada dos manifestantes.

Abaixo: após 48 horas, estudantes e funcionários deixam a Alesp em passeata rumo à Avenida Paulista, no dia 15/9.

Anderson Barbosa



Greve levou a imprensa a “descobrir” LDO e veto

Foi preciso que a greve das universidades tivesse início para que os meios de comunicação despertassem para a questão “LDO” e o veto do Governador. A partir daí, jornais e emissoras de rádio e televisão passaram a dedicar espaço ao tema, e à existência do veto de Alekmin à educação.

O acontecimento relacionado à greve que recebeu mais atenção por parte dos meios de comunicação foi o confronto entre manifestantes e a tropa de choque da Polícia Militar (PM) nas imediações da Assembleia Legislativa (Alesp), em 14/9, enquanto ocorria a sessão extraordinária que discutia o veto do Governador. Um repórter-cinematográfico da Tv Globo foi seriamente ferido pela explosão de uma bomba lançada pela PM, e teve o pé engessado. Um estudante, também ferido por uma bomba da PM, precisou ser medicado no Hospital das Clínicas.

Dos jornais impressos, a *Folha de S. Paulo* foi o que conferiu maior destaque à ação truculenta da PM. A edição de 15/9 trazia na capa uma fotografia da Avenida Bri-



gadeiro Luiz Antônio, um dos palcos do conflito.

Rádio e TV

A edição do *Jornal da Globo* de 14/9 exibiu uma curta porém contundente reportagem sobre o confronto, destacando que “toda a confusão foi provocada porque o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, retirou do orçamento do ano que vem 470 milhões de reais da educação”. A matéria obteve grande repercussão.

SBT e Tv Cultura também vêm acompanhando praticamente todas as atividades do movimento. A primeira chegou a montar um equipamen-

to de transmissão ao vivo ([link](#)) na Alesp.

Em 16/9, tanto a *Folha* quanto o *Estado* publicaram textos sobre a permanência de 150 pessoas, a maioria estudantes, nas galerias do principal plenário da Alesp, da noite de 14/9 até 15/9, em protesto contra a ação da PM.

A rádio CBN vem acompanhando a greve contra o veto de Alekmin e destacando repórteres para acompanhar as sessões na Alesp. No dia 16/9, o *Jornal*

da CBN, o mais importante noticioso da emissora, divulgou uma reportagem de cerca de cinco minutos, tempo acima

da média usual. O professor Milton Vieira do Prado, coordenador do Fórum das Seis, foi uma das pessoas ouvidas.



Vários outdoors EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, denunciando que Zeroaldo Alckmin faz mal à saúde e à educação foram, por iniciativa da Adusp, instalados em São Paulo (foto esquerda), São Carlos, Ribeirão Preto, Piracicaba e Pirassununga. Em São Paulo, alguns outdoors foram misteriosamente retirados. A Adusp entrou em contato com a empresa responsável e conseguiu novas instalações. Os dois outdoors de São Carlos foram depredados após uma semana (foto direita). A diretoria regional da Adusp está tomando as devidas providências para esclarecer esta violência.

Carta em defesa da Educação Pública que o jornal *O Estado de S. Paulo* se recusou a publicar

“Sr. Editor,

A respeito do editorial “A greve da USP” (30/8), gostaríamos de esclarecer que docentes, funcionários e estudantes da USP estão em greve por uma razão muito clara: para manter a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2006) tal como foi aprovada pela Assembléia Legislativa (Alesp), o que implica derrubar o veto do Governador às emendas que garantem mais verbas para a educação pública em todos os níveis.

Dizendo de outra forma, queremos ver mantidas as seguintes decisões dos deputados estaduais: 1) ampliação do total de verbas destinadas pelo Estado à educação pública em todos os níveis (ensino básico, técnico-tecnológico e superior), de 30% para 31% da receita de impostos; e 2) dentro desse total, ampliação do repasse às universidades públicas estaduais, de 9,57% da cota-parte do ICMS para 10%, e repasse de 1% da cota-parte do ICMS para o Centro Paula Souza (Ceeteps).

O pequeno acréscimo de 1% nas verbas educacionais do Estado para 2006 seria repartido de forma aproximadamente igual entre três setores: universidades, ensino técnico-tecnológico e ensino básico.

Nenhuma política educacional séria poderá ser planejada e executada sem a necessária vinculação de verbas, em especial num Estado em que são gritantes as carências das instituições públicas de ensino. Observe-se que as universidades públicas, em São Paulo, têm

um dos menores percentuais nacionais (1,8%) de atendimento aos jovens com idade universitária (18-24 anos). O acréscimo de 0,43% do ICMS para as universidades, como aprovado na LDO 2006, seria destinado à expansão de vagas.

No tocante à educação básica, o acréscimo orçamentário previsto poderia permitir

o início de sua recuperação, revertendo a situação escandalosa em que se encontra: falta de professores, salas de aulas superlotadas, péssimas condições de trabalho e com o professor de ensino médio, com diploma de ensino superior, por exemplo, recebendo R\$ 5,80 por hora-aula após o último reajuste!

Também consideramos

fundamental salientar que São Paulo dispõe de receitas suficientes para ampliar substancialmente as verbas destinadas à educação, sem sacrificar outras rubricas igualmente importantes para a sociedade, tais como saúde, saneamento, habitação e segurança pública. Isto sem falar na expressiva sonegação fiscal, que não é devidamente combatida.

Esta é a verdade dos fatos, que leva a comunidade universitária a fazer greve e lutar para que os deputados estaduais façam valer a autonomia da Alesp, derrubando o veto do Governador.

Professor César Augusto Minto
Presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp)

SP, 2/9/2005”

CARTA

Matéria sobre evento na FEA “atenta contra os fatos”

“A matéria ‘FEA organiza evento que privilegia alunos da FIA’, publicada pelo *Informativo Adusp* 196, atenta contra os fatos e revela uma visão das atividades da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP e da Fundação Instituto de Administração (FIA) que não corresponde à realidade.

Em vez de informar, o texto faz afirmações inverídicas com o claro intuito de confundir os leitores. Isso a despeito das informações prestadas pela direção da FEA, que sequer foram levadas em conta (...).

É falso que a FIA se beneficie de atividades promovidas pela FEA, como o seminário ‘A inserção do Brasil na comunidade internacional: desafios e oportunidades’. Na verdade, que se beneficiou no caso foram alunos da FEA e outros interessados no tema, que é da maior relevância para a sociedade brasileira, como esclareceu a resposta da direção da FEA.

O referido seminário foi realizado pela FEA e pelo

Center for Brazilian Studies da Columbia University, com apoio financeiro da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento do Estado de São Paulo e da FIA. Esta recebeu 40 lugares para seus alunos. Os alunos da USP não ocuparam todas as vagas disponíveis e por isso houve uma sobra de 35 lugares no auditório da FEA. Os demais participantes, não-alunos da USP, pagaram uma taxa de R\$ 85,00. Essa receita foi usada para cobrir parte das despesas do seminário e não para beneficiar a FIA, como afirma o *Informativo Adusp*.

Portanto, o apoio da FIA viabilizou a realização do seminário e beneficiou alunos da USP. Isso é nítido e transparente. Ajudou também a USP ao destacar a Universidade como promotora do debate de questões de interesse nacional.

O seminário em questão faz parte das atividades didáticas e de extensão da FEA. Assim, é natural que ele tenha se realizado no auditório da Faculdade, um bem público.

A notícia do *Informativo Adusp* afirma ainda que alunos dos cursos da FIA foram privilegiados por terem sido informados antecipadamente sobre o seminário, em prejuízo dos alunos da USP. Outra inverdade. A principal fonte de divulgação do evento foram

os professores dos cursos de graduação e pós-graduação da FEA, auxiliados pelos demais meios de comunicação da Faculdade.”

Maria de Lourdes
Medeiros de Souza
Assistência Técnica de
Comunicação da FEA

Nota da Redação

A carta da FEA confirma a matéria. De fato, é “nítido e transparente” que os alunos da FIA foram privilegiados, pois não tiveram de pagar, ao contrário dos demais não alunos da USP. Ademais, resta indagar qual foi o real apoio financeiro da FIA e da Secretaria de Ciência e Tecnologia, se houve necessidade de cobrar uma taxa “para cobrir parte das despesas do seminário”.

O *Informativo Adusp* 196 informou também que o auditório foi reservado pelo Departamento de Administração (EAD) e que se “a FIA é que o tivesse feito, uma taxa de uso teria sido cobrada dela”. Por isso afirmou, em seguida, que “a fundação parece ter sido beneficiada em detrimento da FEA”. A carta não toca no assunto.

As “informações prestadas” pela direção da FEA só chegaram à redação do *Informativo Adusp* no dia 25/8, um dia após a edição entrar em circulação.

Por fim, cabe destacar que a carta assinada por funcionária da FEA faz a defesa da FIA, o que é estranho e confirma a assertiva de que a direção atual da unidade está em situação de conflito de interesses.